

ALGORITMOS, CAPITALISMO DE PLATAFORMA E A INCESSANTE BUSCA PELO *ESTAR*

Algorithms, platform capitalism, and the incessant search for being

Tiago Luis Schervenski da Silva¹

PUC-RS

Paula Fernanda Failace Antunes de Oliveira²

PUC-RS

Augusto Jobim do Amaral³

PUC-RS

DOI: <https://doi.org/10.62140/TSPOAA6752024>

Sumário: 1. A questão da atualidade; 2. Novas configurações dos mecanismos de vigilância; 3. A questão do ser/estar; 4. Considerações finais; 5. Referências bibliográficas.

Resumo: O presente trabalho⁴ tem como objetivo lançar reflexões iniciais sobre a condição do *ser/estar* e a sua relação com as técnicas de controle e vigilância, que assumem novas formas diante da íntima relação entre controle social, algoritmos e dados, estando sujeitas, portanto, a constante modulação. Visando melhor entendimento do problema, procura-se estudar as bases de compreensão da *governamentalidade algorítmica*, ou seja, a prática da vigilância imanente e distribuída que extrai e conserva massiva quantidade de dados de sujeitos e exerce controle por correlações sutis, de maneira a condicionar e prever comportamentos propiciando que o poder punitivo atue de maneira a antecipar comportamentos. Os resultados advindos da implementação dos dispositivos que serão levantados no decorrer do trabalho, com uma análise crítica, nos farão notar que, acertadamente, os *moldes* do confinamento, característica das *sociedades disciplinares*, perdem certa relevância quando inundados pelas *modulações* dos tempos securitários que nos assombram, indicando uma metamorfose para as *sociedades do controle* e, portanto, acarretando em novas formas complexas de vigilância e controle. Portanto, frente a este cenário, busca-

¹ Graduando em Direito (PUCRS) e Filosofia (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica (CNPq/PUCRS). Email: tiago.silva01@edu.pucrs.br

² Graduanda em Direito (PUCRS). Bolsista de Iniciação Científica (FAPERGS/PUCRS) Email: Paula.Antunes@edu.pucrs.br

³ Doutor em História do Pensamento pela Universidade de Coimbra (POR) e Doutor em Ciências Criminais pela PUCRS. Pós-Doutor em Filosofia Política pela Università degli Studi di Padova -ITA; Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS <http://orcid.org/0000-0003-0874-0583>. E-mail: guto_jobim@hotmail.com.

⁴ Trabalho desenvolvido através do projeto "E-Carceration in Brazil": Sobre as novas tecnologias de controle social, vinculado ao grupo de pesquisa "Criminologia, Cultura Punitiva e Crítica Filosófica" registrado no CNPq e certificado pela PUCRS.

se responder à questão de saber: as técnicas de vigilância, na persecução de seus objetivos, conseguem captar a essência do ser? Diante de tal tarefa, lança-se mão da revisão bibliográfica, estabelecendo diálogo com a literatura, abordando autores como William Shakespeare, Albert Camus e Milan Kundera, na tentativa de responder à questão. Conclui-se, de antemão, que frente à dissolução das barreiras das sociedades disciplinares, estando a vigilância volvida também agora aos meios abertos, alerta-se para o uso indiscriminado dos dispositivos securitários, tendo em vista que por trás da roupagem democrática que os dispositivos securitários podem assumir existem, na verdade, sistemas algorítmicos que se retroalimentam em um ciclo discriminatório.

Palavras-chave: Governamentalidade Algorítmica; Algoritmos; Controle Social; Práticas Punitivas.

Abstract: This paper aims to offer initial reflections on the condition of being/existing and its relationship with techniques of control and surveillance, which take on new forms due to the intimate relationship between social control, algorithms, and data, and are thus subject to constant modulation. To better understand the problem, the study seeks to explore the foundations of algorithmic governmentality, that is, the practice of immanent and distributed surveillance that extracts and preserves massive amounts of data from individuals and exerts control through subtle correlations, conditioning and predicting behaviors in such a way as to enable punitive power to act preemptively. The results arising from the implementation of the devices discussed throughout the paper, with a critical analysis, will show us that, rightly so, the confinement model, characteristic of disciplinary societies, loses some relevance when overwhelmed by the modulations of the security times that haunt us, signaling a metamorphosis towards control societies and, therefore, resulting in new, complex forms of surveillance and control. Thus, in light of this scenario, the study seeks to address the question: do surveillance techniques, in their pursuit of objectives, succeed in capturing the essence of being? In addressing this task, a literature review is employed, engaging with works by authors such as William Shakespeare, Albert Camus, and Milan Kundera in an attempt to answer the question. It is concluded, from the outset, that in the face of the dissolution of disciplinary societies' barriers, with surveillance now extending to open environments, attention must be paid to the indiscriminate use of security devices, given that behind the democratic façade these devices may assume, there are, in fact, algorithmic systems that perpetuate a discriminatory cycle.

Keywords: Algorithmic Governmentality; Algorithms; Social Control; Punitive Practices.

1. A questão da atualidade

Em um singular texto de Kant – “Was ist Aufklärung?” –, datado de 1784, lança-se o início de um percurso em que fará a filosofia ser pensada de uma maneira diferente. Este texto serve como objeto para Foucault colocar a “questão da atualidade” no centro de seu discurso, fazendo-o no texto dedicado a Kant – “O Que São as Luzes”⁵. Para a formulação do problema de o que é o iluminismo, Kant, segundo Foucault, busca definir Aufklärung de

⁵ FOUCAULT, Michel. O Que São as Luzes? In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005.

uma maneira negativa, relacionando-a como uma saída ou solução – *Ausgang*⁶; em outras palavras, para Kant, o iluminismo não se trata de uma época em que o mundo pertence ou de um evento que se dá, ou seja, o seu pensamento sobre o presente não parte de uma totalidade ou a partir de uma realização futura. Esta posição implica a necessidade da delimitação do presente ao qual pertence o pensamento, isolando-o, portanto, em um plano de forças móveis – característica do processo histórico. A partir do texto *kantiano*, foi lançado um questionamento, o qual a filosofia moderna não conseguiu responder e tampouco desembaraçar-se, isto é, a *questão da atualidade*, problema tão caro para Foucault. A falta de resposta à altura para a questão faz reverberar incessantemente este problema no pensar filosófico, como um fantasma que busca resolver uma questão não superada, fazendo a pergunta reaparecer sob diferentes vestes há, pelo menos, dois séculos⁷. Ocorre que, com Kant, ao fim deste trajeto – marcado pela *Kritik*, que serve como a forma geral do processo da busca da emancipação da razão –, pela primeira vez a filosofia debruça-se sobre si mesma, interrogando-se sobre o seu próprio significado quando relacionado com a consciência, o processo histórico geral, bem como a singularidade do seu próprio tempo⁸. A modernidade para Kant, portanto, não se trata de mero período histórico, mas tornou-se “atitude”, isto é, o investimento do pensamento sobre a própria atualidade; trata-se, assim, do exercício do pensamento em estabelecer os limites e condições de possibilidade, de dizer o que e quem somos hoje e, sobretudo, o que significa justamente este “hoje” que tratamos. Em outros termos, a modernidade enquanto atitude é traduzida na relação tão particular e irreduzível que se concerne com a atualidade, quer dizer, a necessidade de tratar o próprio presente como uma tarefa⁹. Uma atitude, por fim, marcada por seu traço de voluntariedade que, no entanto, se posta como uma tarefa; um modo de pensar e de sentir, bem como de agir e de se conduzir – tudo ao mesmo tempo¹⁰. Para Foucault, ainda sobre o problema da atualidade, tão importante quanto refletir o que somos – afastando-se de um certo eixo de reflexão baseado em alguma concepção de homem – é, justamente, estabelecer uma *crítica* permanente do nosso ser histórico a partir da reativação constante de um *ethos filosófico*, que

⁶ FOUCAULT, Michel. O Que São as Luzes? In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005. p. 337

⁷ FOUCAULT, Michel. O Que São as Luzes? In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005. p. 335

⁸ CHINOGLA, Sandro. Foucault além de Foucault: uma política da filosofia. Editora Criação Humana, 2020. p. 18

⁹ CHINOGLA, Sandro. “Foucault além de Foucault: uma política da filosofia”. Editora Criação Humana, 2020. p. 18

¹⁰ FOUCAULT, Michel. “O Que São as Luzes?”. In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005. p. 342

melhor se expressa na forma de uma “atitude-limite”¹¹. Trata-se de uma decisão que conecta o pensamento ao seu presente enquanto tarefa. A partir desta *ética* da investigação, lastreada em um pensamento de fronteira, em tensão constante, é concedido um outro significado à *crítica*, que agora é precisamente uma *atitude*, desvinculando-se de qualquer fidelidade a algum sistema de doutrinas¹².

O que nos importa no presente artigo, com a aparente digressão, é exatamente o que Foucault dispõe como a “crítica prática sob a forma de transgressão possível”¹³ nesta apreensão diferencial sobre o conceito de *Kritik* elaborada pelo filósofo. É a partir do *ethos* proposto por Foucault que caminharemos, bem como é o que nos permitirá questionar os “universais” postos, assumindo uma prática de desnaturalização das violências impostas¹⁴, agora, por uma nova racionalidade algorítmica. Buscaremos “acontecimentalizar”¹⁵ as práticas algorítmicas de vigilância, isto é, produzir rupturas em práticas que estão postas como evidências, na medida em que nos propusemos problematizar as práticas de vigilância e as implicações que estas causam na questão fundamental do *ser/estar* que nos concerne. Trata-se, enfim, da tentativa de “fazer ver aquilo que vemos”¹⁶, ou seja, tornar visível algo que não nos está latente, ao contrário, está escancarado, mas que por nos ser tão entranhado não o conseguimos enxergar. Daí a necessidade de retomarmos à questão inicial e tão fundamental do *ser*.

Diante de tal tarefa, partiremos de uma análise sobre as bases de compreensão da *governamentalidade algorítmica*, ou seja, a prática da vigilância imanente e distribuída que extrai e conserva massiva quantidade de dados de sujeitos e exerce controle por correlações sutis, de maneira a condicionar e prever comportamentos propiciando que o poder punitivo atue de maneira a antecipar comportamentos. Este novo modo de governamentalidade parte da estatística decisional, isto é, funciona extraindo informações pertinentes, automaticamente, de massivos bancos de dados para fins de exclusão ou previsão¹⁷. A partir deste ponto, percebe-se que a concentração governamental não está mais centrada no sujeito, mas antes

¹¹ FOUCAULT, Michel. “O Que São as Luzes?”. In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005. p. 347

¹² AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 20.

¹³ FOUCAULT, Michel. “O Que São as Luzes?”. In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005. p. 347

¹⁴ AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 21

¹⁵ FOUCAULT, Michel. “Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978”. In: Estratégia-poder-saber. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003. p. 338

¹⁶ FOUCAULT, Michel. “A filosofia analítica da política”. In: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 43.

¹⁷ ROUVROY, Antoinette; BERNS Thomas. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?” em Revista Eco Pós: Tecnopolíticas e Vigilância, 2015. p. 38

nas relações. Por isso, tomaremos as *práticas* de vigilância, também, no sentido *foucaultiano*, isto é, considera-las enquanto “lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz, das regras que se impõem e das razões que se dão, dos projetos e das evidências” e tomar todo o conjunto prático estabelecido por esta racionalidade enquanto um *dispositivo*, quer dizer, uma configuração específica de domínios do saber e de modos de exercício do poder, estabelecendo uma função estratégica em relação a problemas cruciais de determinado momento histórico¹⁸; cabe, também, a longa citação *deleuziana*, em que define um dispositivo sendo um conjunto multilinear que tem como componentes “linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição”¹⁹. O uso destes conceitos se faz de fundamental valor para atingir o cerne do objeto da pesquisa, isto é, os efeitos da governamentalidade algorítmica na questão do ser, e só chegaremos a este resultado, acreditamos, traçando uma análise que “possa dar conta do sujeito na trama histórica”, destituindo-nos, portanto, da concepção própria de sujeito constituinte²⁰. Para este intrincado fim buscaremos trazer uma contribuição ao tema através do pensamento dos dispositivos de segurança a partir das suas técnicas de governamentalidade.

2. Novas configurações dos mecanismos de vigilância

Para o estudo dos dispositivos securitários, importa ressaltar que as formas características das *sociedades disciplinares*, fixadas nos limites da organização dos meios de confinamento – prisões, hospitais, escolas, fábricas –, presentes nos séculos XVIII e XIX com seu ápice no início do século XX, se apresentam em crise na contemporaneidade²¹. Crise, aliás, que constitui os seus modos próprios de operação, isto é, estas instituições têm como lógica própria de funcionamento a crise imanente. Não por acaso, as próprias instituições de confinamento são as primeiras a perceberem a situação alarmante em que se encontram.²² Por isso, a ineficácia relativa entre o cárcere e a vigilância – binômio presente nas *sociedades disciplinares* –, e, em consequência, a desconfiança das próprias instituições em

¹⁸ FOUCAULT, Michel. “Sobre a história da sexualidade”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 88

¹⁹ DELEUZE, Gilles. “Qué es un dispositivo?”. In: BALBIER, E. et al. Michel Foucault, Filósofo. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999. pp. 157-8.

²⁰ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: M. Foucault *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. p. 5.

²¹ DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum’ sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações (1972-1990)*, p. 223.

²² AMARAL, Augusto. *A governamentalidade em tempos securitários*. Direito, Risco e Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 151.

suas técnicas de subjetivação, fazem surgir novas maneiras de pensar a *biopolítica*²³. Estas crises constantes são percebidas como oportunidades de reformas que atuam como fórmula de escape de sua ruína, tendo como consequência a reconfiguração de suas práticas.

Pelo menos desde os anos 70 do século passado, mas com mais relevância nas últimas três décadas, a vigilância tem realizado o movimento de desprendimento das tecnologias de cárcere.²⁴ Estas recentes transformações, diante de um novo panorama em que o interior e o exterior possuem fronteiras arenosas, traçam um novo horizonte para a aplicação de um obscuro *biopoder*²⁵, que, para a sua aplicação, se faz necessária a ocorrência do deslocamento – não a substituição, destaca-se – de uma *sociedade disciplinar* para uma *sociedade do controle*²⁶. É importante o entendimento de que não se trata de ter efetivamente acabado a *sociedade disciplinar*, mas já não nos limitamos mais a isto, e a ascensão dos novos mecanismos de controle demonstram este caráter.²⁷ É a crise dos interiores – institucionais e subjetivos – que caracteriza o panorama *biopolítico* da contemporaneidade.²⁸ Entende-se, portanto, que as rachaduras provocadas pela crise generalizada das instituições de confinamento são muito bem exploradas pelo poder punitivo. Os dispositivos securitários surgem, exatamente, destas brechas dadas pelas crises, e as suas reconfigurações punitivas, focadas no mote da segurança, não elidem a função central da punição.²⁹

Importa, para a análise, insistir que não há uma “era securitária”. Não veremos os mecanismos de segurança tomarem o lugar por completo dos mecanismos disciplinares, ao contrário, estes mecanismos abrem novos espaços de punição. A mudança que veremos será

²³ “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.” (FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 3)

²⁴ RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. Las Palabras em las Cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas. Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 344-345.

²⁵ “Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando.” (NEGRI, A. e HARDT, M. Império. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 43)

²⁶ MENDES, C. & VECHI, F. “Tecnovigilância e controle e(m) tempos securitários: quem são os alvos?”. In: Algoritmos. Tirant Lo Blanch, São Paulo. 2020, p. 220.

²⁷ AMARAL, Augusto. “A governamentalidade em tempos securitários”. Direito, Risco e Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educ, 2017. p. 150.

²⁸ RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. Las Palabras em las Cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas. Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 344

²⁹ AMARAL, Augusto. “A governamentalidade em tempos securitários”. Direito, Risco e Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educ, 2017. p. 162

de aparição de novas técnicas e seus aperfeiçoamentos.³⁰ Não obstante, o problema da vigilância e as suas reconfigurações deve se estabelecer nos termos da *segurança*.³¹ O novo clima penalógico, portanto, se manifesta com a ampliação da malha penal, que, se utilizando das novas técnicas de controle tecnológicas, permeiam a sociabilidade agora também em meio aberto, de modo a somar e contribuir com as instituições de confinamento.³² Trata-se de uma nova *governamentalidade*³³ que, sustentada por dispositivos securitários, será exercida sobre a população³⁴.

Por isso, enquanto as tecnologias de vigilância se multiplicam sob o panorama mundial, levantando enormes edifícios de penalidade sob a égide da racionalidade securitária, levantam-se também questionamentos sobre os tempos que vivemos.

3. A questão do ser/estar

Impossível, portanto, não atrelarmos este intrincado contexto da dissolução das barreiras das sociedades disciplinares com a metamorfose própria do capitalismo. A análise das novas maneiras de captura da subjetividade do ser, portanto, devem passar pela análise de um sistema que não cessa de expandir seus próprios limites, e que se encontra novamente ampliado e entregue ao seu limite, isto é, o *Capital*³⁵. Percebemos que, mais do que nunca, o lucro sobre os corpos³⁶, tornou-se tão sutil quanto eficiente. O capitalismo, em sua forma mais brutal e contemporânea, ainda que tenha evoluído para tentar se apropriar do

³⁰ FOUCAULT, Michel. “Segurança, Território, População”. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 11

³¹ AMARAL, Augusto. “A governamentalidade em tempos securitários”. Direito, Risco e Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 145.

³² AMARAL, Augusto. “A governamentalidade em tempos securitários”. Direito, Risco e Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 161-162.

³³ “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça na Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’” (FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 143)

³⁴ AMARAL, Augusto. “A governamentalidade em tempos securitários”. Direito, Risco e Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 141.

³⁵ AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 130.

³⁶ FOUCAULT, Michel. “História da Sexualidade: A Vontade de Saber”. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p.

inapropriável, a própria condição do *ser*, acabou por se contentar com o *estar*, como atentaremos a explicar no presente artigo.

Em seu ensaio sobre suicídio e absurdo, Camus nos alerta para *a defasagem constante entre o que imaginamos saber e o que realmente sabemos*³⁷. Camus, imerso na imensidão de seus pensamentos, temia – com razão – a *aceitação da ignorância simulada*. Aceitar ideias que, em verdade, não são sentidas, mas justamente porque amplamente difundidas, divulgadas, promovidas e instigadas, são impostas como se verdade fossem. Se em 1942 o cenário de Camus era o *absurdo* da Primeira e Segunda Guerra Mundial, em 2024, seguimos na infundável rolagem de Sísifo, em que se torna quase impossível acreditar no futuro ou ter esperanças.

Esse pessimismo é absolutamente justificável, visto que o “inimigo” é cada vez mais sutil e ardiloso. Ele se infiltra no desejo, ao invés de utilizar a força bruta ou a coerção; ele incita e estimula, seduz através da promessa de liberdade, tornando a resistência uma tarefa muito mais complexa³⁸. No entanto, graças a Kant, concebemos o poder de forma restritiva e negativa, devido à sua ideia de lei moral. Imortalizou-se a visão simplista de opressão como o maior dos males, desconsiderando um universo de técnicas de aplicação do poder muito complexas, que se refinam a cada ano que passa e se disseminam feito um vírus a cada dado gerado-coletado na internet.

Shoshana Zuboff nos alerta sobre este tema, explorando esse novo meio de exercício do capitalismo através das plataformas digitais. A autora nos leva a crer que essa nova lógica capitalista não se apropria do tempo, mas o utiliza; não se apropria do trabalho, mas dele necessita. Na verdade, o que é apropriado somos nós. Somos anatomizados pelo poder das grandes corporações de tecnologia, somos valiosos precisamente pelo poder que é exercido sobre nossos corpos e pelo o que os nossos corpos produzem. Somos produtivos, assim como o poder³⁹. Navegar nas redes sociais é adentrar em águas perigosas; ao mesmo tempo que exploramos, somos explorados. Zuboff⁴⁰ explica que cada rastro deixado por um usuário na *internet* forma uma ramificação. Não apenas o *like* nas redes sociais ou a pesquisa feita no Google, mas o tempo de tela em determinada imagem, os comentários proferidos com o celular por perto, a expressão do rosto ao ler determinada notícia – tudo isso compõe o perfil do usuário. Há quem diga que é útil que a inteligência artificial entenda do que gostamos para

³⁷ CAMUS, Albert. O Mito de Sísifo. Rio de Janeiro: Record, 2024. p. 32.

³⁸ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.

⁴⁰ ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta Por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

filtrar aquilo que nos interessa, mas o que não é tão comentado são as implicações drásticas desse mecanismo.

A delicadeza da construção para a exploração é gigantesca e muito bem explicada por Zuboff⁴¹ através do que ela chama de *ciclo da despossessão*. Trata-se de uma operação complexa, que, conforme descrito por Zuboff é segmentada em quatro fases distintas: incursão, habituação, adaptação e redirecionamento. Na fase inicial, denominada Incursão, ocorre o processo de extração, em que as operações de despossessão se baseiam na apropriação de excedentes comportamentais de aspectos da vida cotidiana que não são tradicionalmente comercializados⁴². Essa etapa é fundamental, pois possibilita a implementação de práticas lucrativas, tais como a manipulação de resultados de pesquisa, o direcionamento preciso de anúncios publicitários e o rastreamento detalhado dos usuários. Para realizar essas práticas agressivas, as plataformas digitais frequentemente escondem suas ações ou as justificam sob o pretexto de promover inovações tecnológicas.

Apesar das aparentes vantagens proporcionadas pelo capitalismo de vigilância, as atividades das plataformas digitais são altamente controversas. Muitas vezes, essas atividades ultrapassam os limites da legalidade, desafiando a capacidade de intervenção das autoridades jurídicas. A fase de Habituação se inicia com a exposição e a investigação das estratégias empregadas na fase anterior. Mesmo diante dessas investigações, a continuidade da lógica da vigilância e a manutenção dos lucros são asseguradas, já que “enquanto processos judiciais e investigações se desenrolam no tedioso ritmo das instituições democráticas, o Google continua a desenvolver suas contestadas práticas em alta velocidade”⁴³. Eventualmente, a comoção gerada pela revelação dessas práticas é controlada, os usuários são conduzidos a um estado de aceitação, habituando-se e desenvolvendo novas dependências através da submissão.

Com a repercussão das ações e determinações legais, ou devido a outras razões determinantes, inicia-se a terceira fase do ciclo da despossessão, conhecida como Adaptação. Nesta etapa, os gigantes da tecnologia digital são compelidos a modificar – ou disfarçar – suas práticas, implementando pequenas alterações para satisfazer as exigências judiciais. Por fim, a quarta e última fase consagra o ciclo da despossessão como um conjunto de manobras políticas de extrema complexidade, conectando-se novamente à primeira fase, mas

⁴¹ ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta Por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

⁴² ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta Por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

⁴³ ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta Por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

redirecionando sua abordagem para forçar a sutileza, modulando suas estratégias sem que a exploração jamais cesse⁴⁴ perpetuando o capitalismo de vigilância.

Mas será que todas essas técnicas realmente conseguem captar a essência do ser? É aqui que Hamlet surge para iluminar o dilema. *To be or not to be, that is the question*, cabe aqui uma lição de inglês. Ainda que essa célebre passagem seja amplamente traduzida como “ser ou não ser, eis a questão”, partilhamos da opinião minoritária de que a imortalizada frase foi mal traduzida nos países lusófonos. O verbo *to be* tem dois significados principais: ser e estar. Na tragédia *shakespeariana*, estar é o significado atribuído à expressão. Vejamos a passagem que inaugura o monólogo de Hamlet: “Ser ou não ser, eis a questão. Será mais nobre em nosso espírito sofrer pedras e flechas com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja, ou insurgir-nos contra um mar de provocações e, em luta, pôr-lhes fim? Morrer... dormir?”. Como se percebe, uma frase que parece excessivamente complexa na sua constituição é, na realidade, a dúvida entre viver ou morrer, ou seja, existir ou não existir. Nada tem a ver com uma construção do “ser”. Hamlet já “era”; lúcido como sempre esteve, ainda que simulasse o contrário, levantava a questão se valia a pena estar ou não vivo – essa era a questão.

Pois bem, essa digressão é necessária. Hamlet é a ponte que conecta o capitalismo de plataforma e a construção do estar. Refaço a pergunta anterior: será que todas essas técnicas de vigilância realmente conseguem captar a essência do ser? O *Ser* é insustentavelmente leve para ser apropriado, ou seja, é, na verdade, bastante pesado, tal o fardo de viver, principalmente para quem se coloca no dilema da existência⁴⁵. Mas há algo fluido e facilmente mutável que pode ser apropriado pelas corporações: a habilidade humana de estar.

Estamos sendo constantemente bombardeado por informações e, uma vez construído o perfil do usuário, os capitalistas contemporâneos sabem as respostas que buscamos e a elas somos direcionados. Como se fosse uma bolha, imersos em um universo criado pela mera aparência do ser, somos consumidos e consumimos o conteúdo alimentado pela internet, não há obrigatoriedade em transparência ou verdade, de fato, o conteúdo que nos atinge é enviesado. Ocorre que no primeiro momento, de intensa coleta de dados não classificados, o que constitui uma das etapas da governamentalidade algorítmica – chamado de *dataveillance* –, os dados constituem apenas um “comportamentalismo” digital generalizado, tendo em vista que representam apenas múltiplas facetas do real, desdobrando-o em sua totalidade, mas de modo totalmente fragmentado, sem fazer sentido coletivamente – apenas fazendo sentido como um desdobramento do real. Frisa-se que muitos destes dados

⁴⁴ BRIDLE, J. *New Dark Age: Technology and the End of the Future*. Reino Unido: Verso Books, 2018.

⁴⁵ KUNDERA, Milan. *A Insustentável Leveza do Ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

coletados nós, voluntariamente, deixamos que fossem coletados, isso porque um dado não passa de “um sinal expurgado de toda a significação própria”, ou seja, algo irrisório, tais quais o uso de uma palavra, o traço de uma compra ou um deslocamento realizado.⁴⁶ Ao mesmo tempo, este elemento de aparente insignificância é o que, na contramão de seu vetor, permite a apreensão de uma pretensa objetividade, quer dizer, este dado tão material e tão pouco subjetivo não poderia estar sujeito a mentiras.

Aqui Zuboff e Camus se encontram. Quando Camus alertava para a ignorância simulada, as verdades simuladas, pelo estar, e não sentidas, pelo ser, ele falava do ciclo da despossessão de sua época, assim como Zuboff fala da nossa época. É a sina de Sísifo, estamos condenados à rolagem infinita da pedra.

4. Considerações finais

Nessa linha, Augusto Jobim do Amaral denota: “é da crise generalizada dos meios de confinamento, das candentes e sempre urgentes ‘reformas’, que nascem as novas configurações do controle”⁴⁷. No entanto, embora seja difícil ser otimista em meio a tantos desafios, não há razão para não ser, ou ao menos tentar ser, realista. Não nos esqueçamos da lição de Foucault: onde há poder, há resistência⁴⁸. Poder e resistência se entrelaçam no tecido social, mantendo uma relação contínua de forças, movimentos que não se anulam mutuamente. Amaral reafirma: “Pouco importará perguntar o que é pior – devendo-se temer ou esperar -, mas se impõe buscar novas resistências prontas a subsidiar incipientes agenciamentos coletivos”.

Para tanto, é imprescindível que não desanimemos. À medida que os aparatos de dominação evoluem, a resistência, como forma de *contrapoder*⁴⁹ se fortalece. Mais do que nunca, as vozes ecoadas há séculos pelos movimentos antiautoritários estão, de fato, alcançando mais pessoas, divulgando as lutas que por muitos anos foram oprimidas e sufocadas. Movimentos feministas, antirracistas e LGBTQ+ são exemplos de meios de existência antipastorais, que ultrapassam a identidade, figurando como força criadora⁵⁰.

O ponto discutido no presente ensaio se desvela. As pessoas *foram e são* resistência; sua constituição e suas verdades não são alteradas, e por isso o incômodo com o absurdo e

⁴⁶ ROUVROY, Antoinette; BERNS Thomas. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?” em Revista Eco Pós: Tecnopolíticas e Vigilância, 2015. p. 39

⁴⁷ AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 147.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

⁴⁹ AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 70.

⁵⁰ AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 147.

com os regimes de verificação impostos no *estar*. A náusea advinda da sensação de não pertencimento promovida pelo “regime de empresa”⁵¹ é, a nosso ver, a prova de que o *ser* é inapropriável. Ainda que a verdade seja promovida por quem grita mais alto e que os espaços de fala sejam avassaladoramente desiguais, a condição de *ser* permanece intocada. Imperioso é, portanto, explorar a microfísica do poder⁵², pois apenas assim se desvelam as verdades não sentidas⁵³, mas que, por serem vastamente difundidas⁵⁴ insistem em moldar os corpos e suas formas de existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Augusto. *A governamentalidade em tempos securitários: Direito, Risco e Sustentabilidade*. Caxias do Sul: Educs, 2017.
- AMARAL, Augusto Jobim. *Política da Criminologia*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.
- BRIDLE, J. *New Dark Age: Technology and the End of the Future*. Reino Unido: Verso Books, 2018.
- CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2024.
- CHINOGLA, Sandro. *Foucault além de Foucault: uma política da filosofia*. São Paulo: Editora Criação Humana, 2020.
- DELEUZE, Gilles. “Qué es un dispositivo?”. In: BALBIER, E. et al. *Michel Foucault, Filósofo*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999. pp. 157-158.
- DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum’ sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações (1972-1990)*.
- FOUCAULT, Michel. “A filosofia analítica da política”. In: *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. “História da Sexualidade: A Vontade de Saber”. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. “Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978”. In: *Estratégia-poder-saber: Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. “O Que São as Luzes?”. In: *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Editora Forense Universitária, 2005.

⁵¹ AMARAL, Augusto Jobim. “Política da Criminologia”. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

⁵² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁵³ CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2024.

⁵⁴ ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta Por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- KUNDERA, Milan. *A Insustentável Leveza do Ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MENDES, C.; VECHI, F. “Tecnovigilância e controle e(m) tempos securitários: quem são os alvos?”. In: *Algoritarismos*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las Palabras em las Cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Buenos Aires: Cactus, 2019.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?” Em: *Revista Eco Pós: Tecnopolíticas e Vigilância*, 2015.
- ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta Por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.